

JOVENS E ADULTOS E ESCOLARIZAÇÃO: miragens sobre os resultados de um programa socioeducativo

Edinólia Portela Gondim¹

RESUMO

Estudo qualitativo se utiliza de dados quantitativos para discutir os efeitos do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem Urbano) no referente à escolarização dos jovens egressos que residem em São Luís-MA. A pesquisa realizada com 74 egressos do programa utilizou como técnicas de pesquisa o grupo focal, e como instrumento o questionário, este último com fins de estabelecer o perfil dos sujeitos. Identificam-se as finalidades do programa, evidenciando sua base conceitual. Mostram-se os resultados obtidos junto aos egressos de acordo com os objetivos do programa. Expõe-se, por meio das falas dos jovens beneficiários, perspectivas e dilemas vivenciados por esses sujeitos para continuarem os estudos no sistema regular de ensino e revela-se, ainda que a despeito de todas as dificuldades, o quantitativo de jovens que aproveitaram a oportunidade oferecida pelo Projovem no atinente à dimensão escolarização, foi simultânea com os objetivos do programa. Finaliza-se revelando a postura metodológica da não neutralidade, na qual afirma que os resultados da pesquisa são parciais e questionáveis.

Palavras-chave: Projovem. Jovens Egressos. Escolarização. Continuação dos estudos.

1 Professora adjunta do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Mestre em Educação pela UFMA. Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Integrante do grupo de pesquisa: Escola, Currículo e Formação Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMA. Coordenadora do curso de especialização em Metodologia do Ensino Superior (CEMES/UFMA). Coordenadora de Gestão Pedagógica do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID/UFMA). E-mail: edinolia@yahoo.com.br.

YOUTH AND ADULT SCHOOLING: mirages on the results of a socio-educational program

ABSTRACT

This qualitative study uses quantitative data to discuss the effects of the National Programme for youths Projovem Urban Inclusion, as regards the education of young graduates residing in Sao Luis, MA. Survey of 74 graduates of the program in which it was used as research techniques, focus group and as an instrument the questionnaire, the latter with the purpose of establishing the profile of the subject. Identifies the program's goals, showing its conceptual basis. Shows the results obtained from the graduates according to the program's objectives. Exposes through the speeches of the young beneficiaries, perspectives and dilemmas experienced by these subjects to continue their studies in the regular education system, also shows that despite all the difficulties, the amount of young people who took advantage of the opportunity offered by Projovem with regard to dimension schooling was pari steps with the program's objectives. Terminates revealing the methodological approach of the non-neutrality, which states that the search results are partial and questionable.

Keywords: Projovem. Young graduates. Schooling. Further study.

LA JUVENTUD Y LA ESCOLARIZACIÓN DE ADULTOS: espejismos en los resultados de un programa socioeducativo

RESUMEN

Este estudio cualitativo utiliza datos cuantitativos para analizar los efectos del Programa Nacional de Inclusión jóvenes Projovem urbana, en lo relativo a la educación de los jóvenes graduados que residen en Sao Luis, MA. Encuesta de 74 graduados del programa en el que se utilizó como técnicas de investigación, grupos de enfoque y como instrumento el cuestionario, este último con el fin de establecer el perfil del sujeto.

Identifica los objetivos del programa, mostrando su base conceptual. Muestra los resultados obtenidos a partir de los graduados de acuerdo con los objetivos del programa. Expone a través de los discursos de los jóvenes beneficiarios, perspectivas y dilemas experimentados por estos temas para continuar sus estudios en el sistema educativo regular, también muestra que a pesar de todas las dificultades, la cantidad de jóvenes que se aprovechó de la oportunidad que ofrece Projovem con respecto a la escolarización dimensión estaba a unos pasos *passu* con los objetivos del programa. Termina revelando el enfoque metodológico de la no neutralidad, que establece que los resultados de la búsqueda son parciales y cuestionable.

Palabras clave: Projovem. Jóvenes titulados. La escolarización. Estudio adicional.

Introdução

O novo paradigma que sustenta as políticas de juventude surgido a partir dos anos 1990 desconsidera o aspecto problemático do jovem e o entende como *ator estratégico do desenvolvimento*. Esse ponto de vista se sustenta na lógica de que uma população escolarizada é a base para o desenvolvimento das nações. Assim, o progresso dos países dependerá também do direcionamento de seus investimentos ao potencial da juventude, e a escola é um meio que pode contribuir para que isso se concretize.

Dentre os países da América Latina, o Brasil foi o último a se preocupar com a questão juvenil, visto que, quando a ONU somou esforço para incluir o jovem na pauta das agendas das políticas públicas, a Nação estava ainda empenhada na mobilização que enfocava os direitos da criança e do adolescente (SILVA; ANDRADE, 2009).

De fato, só veio a se importar de forma mais concreta com a questão juvenil, de acordo com essa nova abordagem, quase na metade dos anos 2000. Nesse momento, foi expressivo o número de jovens brasileiros em situação de vulnerabilidade vista a olhos nus pela

sociedade e constatada pelas pesquisas², o que justificaria a existência de uma política nacional para a juventude – composta por três propostas: a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), o Conselho Nacional da Juventude (CNJ) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (Projovem)³.

A partir dessa política, foram definidas ações concretas sobre a lógica de políticas focalizadas e específicas para o segmento social jovem, com o formato curricular que interrelaciona educação, trabalho e participação social.

Nesta perspectiva, o Projovem passa a contemplar em seus objetivos e suas finalidades: elevação da escolaridade (por meio do ensino fundamental), preparação para o trabalho (com a oferta da qualificação profissional básica) e incentivo ao desenvolvimento de ações em comunidade (por meio da ação comunitária). Possibilita, assim, educação, qualificação profissional e experiências em desenvolvimento de ação comunitária aos jovens que não completaram o ensino fundamental, oportuniza a esse segmento a volta à educação formal, promove a aceleração dos seus estudos e lhes garante competências e habilidades que os qualifiquem para o mundo do trabalho e lhes oportunize uma opção de socialização.

A discussão aqui tratada é resultado de pesquisas realizadas pelo Grupo de Pesquisa “Currículo, Trabalho e Formação Docente”, que integra o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão (PPGE/UFMA). Por meio da mencionada pesquisa, teve-se a oportunidade de estimar os efeitos do Projovem na vida dos egressos ludovicenses.

Particularmente neste trabalho, será tratada a dimensão “escolarização”⁴ na vida dos sujeitos pesquisados.

2 IBGE/PANAD, IPEA, consultas feitas à Unesco e pelo projeto Juventude, do Instituto Cidadania.

3 Destinado aos jovens na faixa etária de 18 a 26 anos, residentes em grandes cidades e que não concluíram o ensino fundamental.

4 Uma das três dimensões que compõem o programa.

Iniciando a discussão

Igualmente como em outras capitais, o Projovem original urbano foi implantado em São Luís no ano de 2005 e se desenvolve desde 2006, como orienta o Artigo 4º da Lei nº 11.129/2005, que instituiu o programa e criou o CNJ. Nesta capital, o programa foi estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação (Semed), em convênio com o Governo Federal e em parceria com o governo do estado, por meio da Secretaria de Estado da Educação (Seduc)⁵, fazendo parte ainda o programa os órgãos, por meio de uma gestão compartilhada: a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Planejamento (Seplan); a Semed; a Fundação Municipal da Criança e Assistência Social (Fumcas); o Instituto de Produção e Renda (IPR).

A Seplan ficou responsável pela coordenação das políticas públicas; já a Semed pela execução do programa. Com vistas ao apoio financeiro de ações para implantação e execução do programa, contou-se ainda com o Plano de Trabalho Anual (PTA), por meio do convênio nº 839.012/2005, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (SÃO LUÍS, 2005).

É necessário destacar que toda essa dinâmica está pautada na lógica subjacente da reforma do estado, a qual defende que por meio dos programas os governos podem promover a emergência e a disseminação de um novo modo de regulação das políticas socioeducacionais. Em geral, a gestão socioeducacional desses programas comporta normas e critérios definidos pelo agente financiador, sob forma jurídica de convênios ou contratos, indicando que o programa deve ter um prazo de vigência pré-fixado, a área de abrangência dos serviços a serem prestados, a proposta socioeducativa ou o projeto pedagógico e ainda o indicativo de perfis de atores envolvidos no processo de implementação.

O Projovem se enquadra nessa lógica e corresponde ao requerido por meio dos documentos que o regulamentam. No entanto,

5 A partir de 2009, com a mudança de governo estadual, o programa passou a ser vinculado diretamente à Secretaria da Juventude, com sede na Casa Civil, e disposto em polos separadamente. Contudo, continuou com a relação inicial dos órgãos mencionados.

a potência de um programa não depende somente do seu desenho e da sua reprodução: ela se manifesta principalmente pela mudança imprimida na vida das pessoas que receberam seus benefícios (MINAYO, 1991; 2005; PENA FIRME, 2003; SILVA, 2008), e esta mudança pode ser constatada também pelo ofício de avaliação.

O programa foi implantado em 29 escolas das redes municipal e estadual, com um total de 2.250 alunos distribuídos nessas escolas. A pesquisa foi composta por 74 egressos do programa nas entradas dos anos 2005/2006. São sujeitos com a mesma idade, que fazem parte do mesmo contexto e com histórias semelhantes, isto é, sem vínculos formais de trabalho, com escolaridade que inclui as séries iniciais do ensino fundamental (até a 4ª série), mas que não chegaram a concluir a 8ª série do ensino fundamental no contexto de 2005/2006.

Este trabalho se caracteriza como uma pesquisa acadêmica de cunho avaliativo e se assume como uma abordagem qualitativa que se complementa com dados quantitativos (MINAYO; SANCHES, 1993).

Para imprimir rigor ao estudo e extrair resultados fiéis de maneira eficiente, optou-se pela combinação de duas técnicas: grupo focal⁶, com a utilização de questões/temas, e aplicação de questionário. O uso do questionário se justifica pela necessidade premente de estabelecer o perfil dos sujeitos em pesquisa dessa natureza; já os grupos focais se explicam porque o foco da pesquisa se dirigiu para a exposição e a análise das falas colhidas, para que, a partir dessas falas, fossem feitas as inferências, na perspectiva de se caminhar pelas análises de Minayo (1991), já que essa autora defende a importância da visão dos sujeitos beneficiados acerca das políticas e dos programas sociais para fins avaliativos:

O respeito ao ponto de vista da população-alvo se dá, portanto, não como estratégia de dominação, mas para modificar os pontos de estrangulamento dos serviços a que ela tem direito e que deve reivindicar. É sobre esse objetivo que se define o conceito de

6 Técnica que possibilita contato mais estreito com os sujeitos e melhor flexibiliza as informações em pesquisas com amplo número de sujeitos.

política social: ela não é vista apenas como uma ação de estado em direção à população, mas como um direito para o qual ela deve opinar em termos de efetividade e qualidade (MINAYO, 1991, p. 236).

Na esteira desse pensamento, por considerar a avaliação como um fenômeno em movimento que interage com os sujeitos e o contexto (PENA FIRME, 2003; MINAYO, 2005; SILVA, 2008), e ainda atentos à defesa de que a associação das propostas teóricas de avaliação com a antropologia pode produzir estudos promissores, embora não excluídos de contradição, elegeu-se esta pergunta principal: quais os efeitos do Projovem na vida dos egressos ludovicenses no que se refere à continuidade dos estudos?

Nesta perspectiva, à luz do referencial que explica que ao se propor “[...] uma abordagem qualitativa para avaliação de políticas e programas sociais a antropologia introduz de forma positiva o ‘subjetivo’ na abordagem do social, oferecendo instrumentos para sua apreensão” (DUARTE, et al., 2009, p. 9), dirigi-se as questões/o tema aos grupos de egressos que se encaminhou em busca das seguintes informações⁷:

1. A identificação daqueles que estavam estudando no momento da pesquisa, bem como daqueles que retornaram à escola após a passagem pelo Projovem;
2. Os motivos que moveram os jovens a continuarem os estudos;
3. A relação da passagem pelo programa com o anseio de continuar os estudos.

Miragem sobre os resultados

Acho que essa retirada simbólica do jogo tem uma certa importância, tanto mais porque é acompanhada por um dos efeitos fundamentais da escola, que é a manipulação das aspirações. A escola, sempre se esquece disto, não é simplesmente um

⁷ Os itens que não identificam os sujeitos foram perquiridos aos dois grupos.

lugar onde se aprende coisas, saberes, e técnicas, etc., é também uma instituição que concede títulos, isto é, direitos e, ao mesmo tempo, confere aspirações (BOURDIEU, 1983, p. 101).

Nesta afirmação de Bourdieu, além de se referir à situação escolar prolongada que o novo sistema escolar imprimia aos estudantes franceses da classe trabalhadora, que retardava a entrada deles ao mundo do trabalho, o autor evidencia ainda que a escola também tem o poder de manipular as aspirações juvenis. Por conseguinte, quanto mais tempo o jovem ficar na escola, mais mascaradas serão as suas perspectivas.

Concorda-se, portanto, com o autor, quando este se refere ao poder da escola em manipular as aspirações. No caso brasileiro, em particular dos jovens de São Luís que frequentaram o Projovem, porém, esse aspecto se torna imperceptível diante das adversidades concretas enfrentadas cotidianamente por eles. Por esse ângulo, a situação mostra-se inversa, pois, apesar de carregarem em si potenciais e atitudes inerentes à condição juvenil, concretamente possuem pouca escolarização, visto que não permanecem na escola o tempo requerido para completarem os estudos.

Além disso, tais jovens precisam de fato entrar precocemente no mundo do trabalho e acabam por abandonar a escola. Ressalta-se que são impelidos a agirem assim por força da dificuldade econômica, ou seja, para se manterem ou ajudarem suas famílias, por isso se lançam no mundo do trabalho. Contudo, para terem melhores opções de emprego, precisam da escolaridade que foram obrigados a deixar em segundo plano. Portanto, o Projovem tem a pretensão de possibilitar esse status por meio também da certificação, a “do título e do direito”, como bem menciona Bourdieu, de entrarem no ensino médio e prosseguirem com os estudos.

O que se mencionou pode ser comprovado com os dados obtidos por meio da pesquisa (Tabela 1):

Tabela 1: Continuidade dos estudos por egressos (São Luís-MA, 2010).

Continuidade	Egressos	
	Quant.	%
Sim	53	71,6
Não	21	28,4
Total	74	100,0

Fonte: Dados obtidos pela autora por meio da pesquisa empírica.

De acordo com os índices apresentados, precisamente 71,6% dos egressos do Projovem deram continuidade ao seu processo de escolarização. São resultados acentuados, significativos e que não podem ser atribuídos a variações casuais da amostragem, mas sim representam um efeito real do programa na continuidade dos estudos.

Além dessas constatações, foram encontrados também egressos no ensino superior, no ensino médio e aqueles que já tinham concluído o ensino médio (Tabela 2).

Tabela 2: Distribuição dos concluintes (São Luís-MA, 2010).

Estágio da escolarização	Egressos	
	Quant.	%
Cursando o ensino superior	2	3,8
Concluiu o ensino médio	12	22,6
Cursando o ensino médio	39	73,6
Total	53	100,0

Fonte: Dados obtidos pela autora por meio da pesquisa empírica.

Com estes dados, acredita-se que o Projovem representa uma alternativa importante para a retomada da trajetória escolar dos jovens, no caso da experiência realizada em São Luís-MA. Bourdieu (1988, p. 85), entretanto, ressalta que

As verdades primeiras são os erros primeiros, entretanto, quando inspiradas em conhecimentos e preocupações práticas e com condições de serem reinterpretadas em função de uma problemática teórica, aportam informações muito valiosas,

com frequências superiores às que suscitam as interrogações mais pretensivas [...].

Tomando por base esse pressuposto, cuidados com possíveis conclusões precipitadas que podem ser reveladas pelas primeiras verdades, alude-se que as suposições para os fatos demonstrados nas tabelas anteriores não podem deixar de considerar fatores como:

- O tempo destinado ao curso (doze meses), pois muitos dos que estão nessa situação, isto é, fora da escola, pararam os estudos na 4ª série e na faixa etária exigida pelo programa (18 a 24 anos). Eles preferem fazer um curso que leve tempo reduzido em comparação à educação regular, porque têm como prioridade, mais do que continuar os estudos, a possibilidade de ingressar no mercado formal de trabalho.
- A falta de oportunidades de acesso para jovens nessa faixa etária aos cursos que contemplassem o nível de ensino oferecido pelo Projovem (conclusão do fundamental⁸).
- O auxílio financeiro ou bolsa no valor de R\$ 100,00 por mês.

Sem deixar de considerar todos esses fatores, pretende-se saber os efeitos produzidos pelo Projovem no processo de escolarização dos jovens egressos ludovicenses, ao ponto de contribuir para que estes dessem prosseguimento aos estudos.

Constatou-se que, entre os 53 jovens que continuaram os estudos, 47 responderam que se sentiram incentivados a tomar tal decisão após cursarem o Projovem. Para alguns, esse incentivo veio em decorrência das amizades, do convívio com amigos. A maioria, entretanto, se refere à importância do auxílio financeiro de R\$ 100,00 e, principalmente, porque no decorrer do curso, por meio do contato com os professores e o desenvolvimento das atividades, perceberam melhor a relação entre escolaridade, trabalho e renda nos dias atuais. Tal situação,

8 Em decorrência ainda da problemática do Fundef/Fundeb no direcionamento da educação de pessoas jovens e adultas.

portanto, pode ser compreendida a partir das explicações de Pochmann (2004), ao expor que as pessoas com o nível de escolaridade elevado têm uma renda superior, se comparadas com as que se encontram nos estratos educacionais inferiores.

Importa dizer que, na tentativa de sair da linearidade do ato de avaliar, acrescenta-se que, aliado aos fatores mencionados pelos jovens, ocorre um dado muito particular: o fato de se sentirem socialmente valorizados no programa. Entende-se que essa postura reflete uma “[...] revalorização de si mesmo e uma reconstrução de sua autoestima [...]” (LLOSA et al., 2010, p. 17, tradução nossa).

Pela manifestação dos entrevistados, é possível compreender que, embora cada resposta seja ímpar, constituindo o resultado de vivências e experiências particulares, existem pontos comuns que as marcam: elas apontam um leque variado de aproximações e de semelhanças, mesmo porque são sujeitos que pertencem a uma mesma realidade social, por exemplo: a importância dada ao programa como elemento que cooperou para que permanecessem na educação formal. Aliados a esse fator, não se pode deixar de destacar a relação que o jovem estabelece com a escola e o saber⁹ como demarcador diferencial da continuidade.

Percebe-se que a experiência dos jovens no programa decorreu das relações que estabeleceram consigo mesmo, com o saber e com os outros (FREIRE, 2005), o que está intrinsecamente ligado com o desejo de adquirirem o saber.

Nota-se ainda, de maneira especial, tanto nas falas dos jovens que não prosseguiram com os estudos quanto nas falas daqueles que pertencem ao grupo que deu continuidade o mesmo valor franqueado ao Projovem: do quantitativo de 21 jovens que não deram continuidade aos estudos, 18 demonstraram grande vontade de voltar à escola e

9 Estudos de Charlot (2000) defendem que a construção do saber é feita pela relação epistêmica e identitária. Assim, ele aponta uma definição epistemológica e metodológica baseada na sociologia do sujeito-ser humano com aproximação para psicanálise, segundo a qual a experiência escolar parte da relação que o sujeito estabelece consigo mesmo, com os outros e com o saber. Desta forma, desejar o saber passa pelo desejo do outro.

atribuem uma importância particular ao programa por essa aspiração, bem como pela mudança no percurso de suas vidas.

As falas relacionadas a seguir ilustram o que se afirma:

Depois do PJ, não continuei. Fiz uns cursos de cabeleireira, o que me vale o sustento. Pretendo continuar os estudos assim que tiver tempo à noite, porque, sabe como é, no salão não tenho hora para sair. Mas, se não fosse o PJ, eu não estaria aqui, não (Noélia, 23 anos).

Depois do PJ, em 2008, arrumei um emprego com o meu certificado (de fundamental). Hoje, não continuei os estudos, mas tomei gosto. Depois desse emprego, já fiz dois cursos para aperfeiçoar (Francinaldo, 27 anos).

Não, não estou estudando. Fui para o PJ na marra. Meu pai me matriculou, fiz obrigado. Recebia 100 reais, era bom, gostava da turma e das aulas, mas nunca tive aula de computação, [...] não continuei os estudos. Esse negócio não é pra mim não, mas sei que a escola dá muita coisa pra gente e o PJ facilitou. Tenho um amigo que fez e hoje está bem colocado. Eu é porque não dou mesmo pra estudo não. Meu negócio é outro (Hélio, 23 anos).

Observa-se no desenvolvimento das entrevistas uma particular pretensão dos jovens em completarem os estudos. Além disso, percebe-se certa valorização dispensada à escola, inclusive por parte daqueles que não tiveram a oportunidade de prosseguir.

Contudo, com o aprofundamento do diálogo, teve-se a oportunidade de perquirir sobre a relação de suas passagens pelo programa com o anseio de continuarem os estudos. Nos trechos a seguir, o pensamento do grupo é sintetizado em duas falas selecionadas, que serviram como fonte de informação para questões neste artigo:

O estudo é a melhor coisa pra nós, pobres, e o PJ, pra gente como eu, com essa idade, foi que me ajudou a continuar meus estudos. Tive muita dificuldade no ensino médio, porque lá as pessoas tratam quem vêm do PJ com discriminação. Mas sei que só com

o estudo o pobre pode melhorar de vida (Maricélia, concluiu o EM).

[...] Depois que fiz o PJ, ninguém me segura mais. O estudo lá me deu incentivo para seguir e com o meu certificado [de ensino fundamental] pude entrar no ensino médio. Tenho que andar depressa, mesmo com muita dificuldade em inglês e português, e lutando aqui e ali para não me sentir diferente [Por ter estudado no PJ] (Milton, 3º ano do EM).

A complementação da formação escolar básica se constitui, para esses jovens, como um equilíbrio difícil. Esse fato ocorre devido às condições desfavoráveis que eles enfrentam para manter a identidade de alunos. Por terem a centralidade de suas vidas na sobrevivência, esses jovens acabaram precisando arcar com diversos ônus objetivos e subjetivos e, em muitos casos, muito altos. Isto evidencia, acerca de jovens pouco escolarizados e pobres, que “para permanecer na escola são feitos grandes sacrifícios, pois ser estudante não é um ofício que possa ser exercido sem ônus” (ZAGO, 2000, p. 39). Esse custo é multiplicado quando eles precisam superar repetidas situações de constrangimento devido ao não reconhecimento e por vezes ao preconceito demonstrado no ambiente escolar e em outros espaços, ocasionado pelo fato de terem passado por programas socioeducativos ou por escolaridade acelerada, como traduzem as falas mencionadas.

Apesar de tudo isso, porém, os jovens aspiram a dar prosseguimento aos estudos e, entre as justificativas que deram para seguir com essa intenção, observa-se um marcante valor à educação formal, atrelado ao plano da subjetividade, tal como o citado “reconhecimento social”. Todavia, a importância maior foi dispensada aos aspectos objetivos, como a obtenção dos certificados, as futuras vantagens econômicas e a ascensão social por meio do trabalho.

Esses jovens, como a maior parte da sociedade, depositam na escola uma grande responsabilidade. Entende-se que essa confiança se sustenta na tese de que “a moderna condição juvenil na sociedade ocidental sempre foi caracterizada pela manutenção de relações

importantes, embora diversas, entre duas agências de reprodução social: a família e a escola” (SPOSITO, 2005, p. 89).

A escola é o elemento importante para assegurar a reprodução cultural e social dos variados grupos e classes. Conforme tal afirmação, as representações dominantes não somente sobre a juventude, mas também sobre as demais etapas de vida escolar, a integram como um dos seus espaços formativos. Além disso, ela também é um espaço que possibilita a intensificação e a promoção de interações entre grupos, o que proporciona a ampliação das experiências juvenis, o que “culminaria com sua inserção no mundo do trabalho” (SPOSITO, 2005, p. 90). Assim sendo, o elemento-chave observado nas respostas dos jovens foi a visão da escola como a instituição que possibilita um passaporte para a ascensão social, garantia de futuro que pode contribuir para melhorar a vida desses sujeitos, especialmente a econômica.

Outro ponto de vista que se considerou para entender a concepção de escola na perspectiva dos jovens é o da função de ajuste social inerente a essa instituição. De fato, predomina no imaginário social que, se considerar os três pilares “Família, Igreja e Escola”, talvez a última seja a que simbólica e objetivamente concentre maior responsabilidade para com a sociedade, apesar da crise¹⁰ pela qual passa a escola pública na contemporaneidade.

A escola guarda ainda o mito da redenção ou da integração social, e o traço marcante no discurso dos jovens entrevistados é a busca da integração ao mercado de trabalho por essa via. Essa compreensão pode ser justificada também pelo fato de essa demanda ser constituída por jovens marcados pelo desemprego, pelo fracasso ou pela evasão do sistema escolar por questões socioeconômicas e políticas. Tal situação, pelos expressivos números revelados nas pesquisas¹¹, caracteriza uma exclusão sociocultural ampliada.

10 Teoria da desescolarização (ILLICH, 1973).

11 IBGE/PNAD, pesquisa que detectou o expressivo número de jovens em situação de vulnerabilidade no Brasil em 2003.

Além da supervalorização da cultura letrada, percebe-se que os jovens entrevistados carregam em si sentimentos contraditórios que envolvem a perspectiva de vida futura e a percepção de vergonha e de atraso, fato que concorre para se apressarem na “recuperação do tempo perdido”. Também contribuem para esse entendimento as pressões vindas da sociedade e do mundo do trabalho – a primeira, porque afere as pessoas pelo nível socioeconômico e cultural, e o segundo, por suas funções flexíveis e substituíveis em intervalos cada vez mais curtos.

Outra suposição que se levantou para justificar essa importância dispensada à educação formal por parte dos sujeitos em questão é a lógica predominante de que quem estuda tem mais respeito social, porque tem o domínio dos códigos do mundo dos instruídos. Portanto, quem detém o bem do conhecimento letrado pode transitar por esse universo social de forma livre, podendo ter mais oportunidades de acesso ao trabalho, às informações, à ampliação das redes de relações e goza, por isso, de certa respeitabilidade.

Aliado a essa premissa, no decorrer da pesquisa notou-se também um traço marcante: o valor econômico atribuído à educação. Os jovens pesquisados acalentam sonhos de que a educação formal venha a lhes possibilitar preparo suficiente para atuar na vida social com perspectivas de estabilidade econômica. Além disso, esperam adquirir instrução suficiente para entender e interferir em seu entorno. A esperança dos jovens é de serem cidadãos¹², transitar pelo mundo, sentindo-se livres e sem restrições, e, para que isso ocorra, depositam na escola as mais variadas expectativas.

Todavia, o que se assistiu nas duas últimas décadas foi a substituição do argumento da escola como condição para cidadania participativa, princípio ético orientador da luta do movimento social organizado na década de 80, pela lógica da instrução escolar como afluente das urgentes necessidades materiais. A essa proposição estão vinculadas inúmeras propostas que defenderam e defendem a universalização do ensino fundamental no Brasil. Como consequência

12 Cidadania entendida como direito aos bens socialmente produzidos e direito de ir e vir.

dessa mudança de mentalidade, as pessoas com baixa escolaridade em idade de exercerem o trabalho foram impulsionadas a buscar na escola o salvo-conduto para a sua entrada no mercado produtivo.

Deste modo, à medida que aumenta o desemprego, desenvolve-se mais e mais a busca pela educação. Contudo, o certificado de escolarização ganha um significado particular de passe para adentrar na arena do labor, talvez residindo neste elemento a justificativa de que nos últimos anos tantas pessoas com idade superior à considerada regular para entrar na escola tenham corrido em um movimento de retorno ao sistema público de ensino ou em busca de outros programas que ofereçam a possibilidade de prosseguir com a escolaridade. Pensa-se que o referido contexto seja o que moveu os jovens em direção ao Projovem, além dos outros agentes que somam para o desejo desses jovens de continuarem com os estudos.

Em consonância com essa lógica, o Projovem advoga como uma de suas finalidades a elevação da escolaridade da juventude que não teve a oportunidade de completar o ensino fundamental, proporcionando sua volta para a educação formal e reinserindo-a na escola, por meio da conclusão deste ciclo, tendo em vista que um dos principais problemas com que se deparou a juventude no contexto de 2004 era “o acesso restrito à educação de qualidade e frágeis condições para permanecer no sistema escolar” (BRASIL, 2005).

Para concretizar esse propósito, o programa se amparou no Art. 37 da Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDBEN), o qual prevê que “os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames” (BRASIL, 1996). Esse artigo é uma abertura da LDBEN, que também permite a volta ao sistema formal escolar aos alunos que adquiriram os seus conhecimentos fora dele. Para isso, a lei determina a possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado feita por entidades devidamente credenciadas pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC).

Sustentado por essa alínea da lei, o Projovem permitiu a esse segmento da população a oportunidade de voltar à educação formal pela aceleração dos estudos. Para tanto, tal projeto assumiu, desta forma, uma configuração de urgência, à medida que tinha como um dos seus objetivos possibilitar a essa fração da população a oportunidade de, ainda jovens, chegarem ao ensino médio.

O objetivo de concluir os estudos em tempo, ou seja, com idade que corresponda à fase da juventude de acordo com a visão dominante, foi outro traço que marcou o discurso dos jovens entrevistados. Sintetizou-se esse anseio nas falas de Janaína, Milton e Edvan:

Ajudou-me muito para querer estudar [...] para mim que sou pobre e com essa idade [...] O PJ foi bom, porque em um ano pude ter meu certificado e logo entrar no EM. Tenho muita dificuldade em português e matemática, porque não tenho tempo de estudar de dia. Às vezes tenho vontade de desistir. Depois penso: “não posso, já perdi muito tempo e cheguei até aqui, quero terminar logo” (Janaína, 3º ano do EM).

Tenho que andar depressa, mesmo com muita dificuldade em inglês e português [...]. Já perdi muito tempo (Milton, 2º ano do EM).

[...] Tive muita dificuldade para acompanhar as matérias. Às vezes sentia vergonha por ser o mais velho da turma e não entender as aulas, mas não quero mais desistir e nem ficar reprovado. Com essa idade? Quero logo é terminar (Edvan, 2º ano do EM).

A aspiração notada nas falas dos entrevistados, em parte, é decorrente do sentimento de atraso que carregam em si, em virtude da escolarização interrompida e tardia, vivenciada tanto por eles quanto por outros jovens pertencentes à classe menos favorecida. Essa pretensão traduz o anseio de inúmeros jovens que vivem na fronteira da inferioridade social e econômica, não somente no Maranhão, mas no Brasil, na América Latina e em outros países com traços semelhantes, em especial aqueles em desenvolvimento. Não obstante, são jovens pertencentes não somente à zona urbana, mas também à rural.

Desta forma, o Projovem, com seu caráter emergencial e acelerado, veio buscar o alcance da contemplação dessas aspirações dos jovens, no anseio de que pudessem, com idade não muito defasada, completar seus estudos.

Para concluir

Os resultados aqui apresentados são provisórios e sujeitos a novas análises e contribuições, visto que, na área da pesquisa de cunho social, o conhecimento sempre pode ser ampliado.

O Projovem, em sua concepção teórica, reafirma a condição de cidadão dos jovens e ressalta que pretende tirá-los do estado de vulnerabilidade em que se encontram. Para tanto, lhes oferece entre outras coisas a oportunidade de voltar à escola,

Entende-se que a política social e os seus programas existem para produzir mudanças positivas na vida das pessoas, sendo que essas mudanças, no caso dos beneficiários do Programa, começariam pelo acesso à escola.

Nesta perspectiva, quando se propôs verificar os efeitos produzidos pelo Projovem na vida dos egressos residentes em São Luís, no referente a escolarização, tomou-se como base as finalidades do programa, os seus objetivos e as suas expectativas, os quais expressam de forma ampliada o importante fator de reinserir o jovem na escola para que este tenha oportunidade de continuar com a educação formal.

Reinteira-se que os sujeitos pesquisados se constituem em uma amostra da juventude da cidade de São Luís, capital do estado do Maranhão. Portanto, há jovens que compartilham da cultura, das formas de agir, de ser, de pensar e de sentir da juventude brasileira e latina, as quais se interrelacionam, mas guardam em si características particulares e específicas: regionais e locais.

Levando em conta a condução metodológica, percebe-se que os efeitos do programa na vida dos beneficiários possuem estreita

relação com seu contexto de inserção. Do mesmo modo, verifica-se a grande importância da conjuntura contextual para a juventude pesquisada, tanto no que tange aos avanços quanto aos retrocessos em seu processo de vida.

Destarte, não se pode deixar de notar que 71,6% dos jovens egressos continuaram os estudos, apesar do difícil equilíbrio que fazem entre a condição de estudante e a luta pela sobrevivência, para assim prosseguirem nos estudos. A situação econômica desfavorável, além de outras adversidades, contribui para que, ao avançarem no processo de escolarização, enfrentem muitos obstáculos, mas gestam dentro das suas próprias vidas mecanismos/ esforços para enfrentarem as situações de adversidades.

Além disso, notou-se que esses jovens revelam uma atitude positiva em relação à prospecção dos estudos, dentre outros aspectos, o que colabora para entender que:

- Embora com os seus descompassos inerentes às políticas dessa natureza, em um país de sistema capitalista, com o formato organizacional e ideológico que coaduna com os parâmetros da política neoliberal, populista, assistencialista e focalizada, que é contrária à luta por uma política educativa universalista, travada a partir da redemocratização do país na década de 80, a forte incongruência do programa que se revela na materialidade como um equívoco perante uma política educativa profissionalizante e ainda a forma como o programa foi situado no cenário nacional: uma estrutura socioeducativa vertical, emergencial, comportando em si uma burocracia específica (NASCIMENTO; ARAÚJO, 2009), o Projovem contribuiu para que os jovens que por ele passaram complementassem o ensino fundamental que por vários motivos havia sido interrompido, influenciando-os a dar continuidade aos estudos, conscientes de que a educação, além de um direito, é um bem social que proporciona viver com dignidade.

- Para que a escola seja considerada um bem que ofereça dignidade às pessoas, precisa oferecer garantias de qualidade. Conforme esta lógica, se forem levadas em conta as recorrentes situações de constrangimento pelas quais a maioria dos jovens que fazem ou fizeram formação escolar no Projovem ou em programas similares passam no interior das instituições em que prosseguem os estudos, essa escola que os exclui não pode ser reconhecida como de qualidade.

Assim, os jovens egressos que continuaram os estudos não usufruiriam desse direito na sua plenitude, se comparados aos outros jovens que fizeram cursos regulares. Porém, excetuado esse aspecto, pode-se confirmar que o Projovem produziu um expressivo efeito na vida dos egressos residentes em São Luís.

Deste modo, as análises encaminham a concluir que, apesar das variáveis existentes no percurso do estudo, em que algumas possuem implicações direcionadas propriamente ao Projovem, o contexto conjuntural inerente à sociedade em que se vive, com suas férteis desigualdades das mais variadas ordens, influenciam e muito determinam os modos de vida da juvenuntude pesquisada. Mesmo tendo aproveitado as oportunidades oferecidas pelo Projovem, as restrições impostas pela conjuntura social revela os dilemas e dificuldades que esses jovens enfrentam para continuar os estudos na escola regular.

Reafirma-se que os resultados dessa pesquisa são fruto de estudos que envolveram sujeitos, contextos e processos, e que esta discussão se pautou em valores e concepções sobre a realidade social da qual partilham os sujeitos beneficiários. Assim, esforça-se para estabelecer uma contraposição à ideia da neutralidade, em que os resultados de pesquisas se encerram em si mesmos como algo definitivo e acabado, ao contrário: considerar as múltiplas possibilidades que entendem os resultados de pesquisas parciais e questionáveis como o é todo conhecimento sobre o social.

Referências

ANDRADE, C. C.; SILVA, E. R. A. Política nacional de juventude: avanços e dificuldades. In: ANDRADE, C. C. (org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: [s.n.], 2009.

BOURDIEU, P. A juventude é apenas uma palavra. In: _____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **Cosas dichas**. Barcelona: Gedisa, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação: LDB 9.394/96**. Brasília: Diário Oficial da União, 23 dez. 1996.

BRASIL, Presidência da República/Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 5557 de 5 de outubro de 2005**. Regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens –Projovem. Brasília. 2005.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artemed, 2000.

DUARTE, M. R. T. et al. Perfis de jovens e concepções de juventudes. In: DUARTE, M. R. T. (org.). **Palavras de jovens sobre o Projovem: estudos com egressos e a formação de pesquisadores em avaliação de programas educacionais**. Belo Horizonte: Escritório de Histórias, 2009. p. 33-56.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

IBGE. **Censo demográfico 2003: características da população e dos domicílios: resultados do universo**. Disponível em: <<http://ibge.gov.br>>. Acesso em: 22 set. 2008.

ILLICH, I. **Sociedades sem escolas**. Petrópolis: Vozes, 1973.

LLOSA, S. et al. **Estudio de la situación de la educación de jóvenes y adultos en la Argentina em um contexto de neoconservadorismo, políticas de ajuste y pobreza**. 2010. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE18/RBDE18_04_SANDRA_-_MARIA_-_AMANDA_E_HILDA.pdf>. Acesso em: 2 maio 2010.

MINAYO, M. C. de S. Abordagem antropológica para avaliação de políticas sociais. **Rev. saúde públ.**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 233-238, 1991.

_____. **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

MINAYO, M. C. de S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementariedade? **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, jul./set. 1993. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 10 maio 2009.

NASCIMENTO, I. V.; ARAÚJO, K. C. Q. Projovem como mecanismo de inclusão social: um olhar sobre a elevação da escolaridade de jovens egressos. In: DUARTE, M. R. T. (org.). **Palavra de jovens sobre o Projovem**: estudos com os egressos e a formação de pesquisadores em avaliação de programas educacionais. Belo Horizonte: Escritório de Histórias, 2009. p. 153-174.

PENA FIRME, T. **Avaliação em rede**. 2003. Disponível em: <<http://www.rits.org.br>>. Acesso em: 3 maio 2009.

POCHAMANN, M. Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa? **Rev. Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 87, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=0101-733020040002&script=sci_issuetoc>. Acesso em: 14 abr. 2010.

SÃO LUÍS. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento. Secretaria Municipal de Educação. Fundação Municipal da Criança e assistência Social. Instituto Municipal da Produção, Renda e Abastecimento. **Relatório do Projovem em São Luís etapa de implantação, Programa Nacional de Inclusão de Jovens**: educação, qualificação e ação comunitária. São Luís, 2005.

SILVA, M. O. da S. et al. **Pesquisa avaliativa**: aspectos teórico-metodológicos. São Paulo: Veras; São Luís: GAEPP, 2008.

SPOSITO, M. P. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (orgs.). **Retratos da juventude brasileira**: análise de uma pesquisa

nacional. São Paulo: Instituto Cidadania, Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 87-128.

ZAGO, N. Processos de escolarização nos meios populares. In: NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (orgs.). **Família e escola**: trajetórias de escolarização em Camadas médias populares. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 26-41.